

União

assume a

dívida dos

estados

21 AGO 1991

por Claudia Safatle

de Brasília

GAZETA MERCANTIL

O Ministério da Economia deverá propor, na reunião com todos os secretários de Fazenda dos estados, amanhã, a "federalização" da dívida mobiliária de aproximadamente Cr\$ 2,5 trilhões (posição de abril último) dos estados.

O Tesouro Nacional, assim, assumiria toda a dívida mobiliária contraída pelos estados autorizados a emitir títulos, como sugeriu recentemente o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares. Essa dívida seria rolada por um prazo de vinte anos. Os detentores desses títulos estaduais receberiam, em troca, um título do Tesouro Nacional, com condições normais. Trata-se, como informou um funcionário do Tesouro Nacional, de "fundar" a dívida mobiliária dos estados, que estariam em péssimas condições de rolagem, dando a ela um novo perfil.

Segundo o secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antonio Andrade Gonçalves, a proposta do governo federal envolverá, também, a suspensão dos fundos constitucionais (do Norte, Nordeste e Centro-Oeste) — através de emenda à Constituição — por dois anos. A idéia é mobilizar uma quantia de aproximadamente US\$ 15 bilhões, através da suspensão de gastos previamente estabelecidos pela Carta Magna — destinando esse montante aos estados que, por sua vez, usariam parte do dinheiro para pagar a União, numa dívida total que ascende a US\$ 60 bilhões.

A proposta será colocada na mesa amanhã, para os secretários de Fazenda dos estados. No dia 26 próximo, segunda-feira, os 27 governadores estaduais deverão comparecer a um encontro com o presidente Collor de Mello, em Brasília, para selar um acordo político (ou não).

(Ver página 3)